



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP) com as Conclusões dos Trabalhos de Revisão/Procedimentos de Auditoria às Contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005

PARTIDO COMUNISTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES – PCTP/MRPP

A Considerações Gerais

- 1.** Os procedimentos de auditoria adoptados na Revisão às Contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005, apresentadas pelo **Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses**, doravante identificado como PCTP/MRPP ou apenas Partido, contemplaram dois trabalhos distintos mas complementares:

- (i) Análise e verificação, por nós efectuada, aos procedimentos adoptados pelo Partido na apresentação das suas Contas Autárquicas, em termos globais e individuais, contemplando os 19 Concelhos em que concorreram atendendo, nomeadamente, aos aspectos seguintes:
 - Reconciliação do somatório dos valores apresentados por Concelho com a contabilidade global da campanha;
 - Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei para cada um dos Concelhos;
 - Verificação da integral apresentação das listas de acções e de meios por parte de cada um dos Concelhos; e

- Verificação da integral apresentação dos extractos bancários para cada um dos Concelhos.
- (ii) Procedimentos adoptados mais extensivos relativamente a uma amostra de 13 Concelhos, seleccionados, atendendo a critérios de materialidade e a outros considerados pertinentes.

Os procedimentos por nós adoptados estão detalhadamente apresentados na Secção C deste relatório. As conclusões desta análise sumária, em termos globais, que conduziram a situações de limitações de âmbito ou a incorrecções verificadas estão descritas na Secção D deste relatório.

2. Solicitamos ao **Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses** que comentem cada um dos Pontos cujas conclusões sinteticamente apresentamos na Secção D deste Relatório da ECFP. Se não nos for facultada documentação adicional ou esclarecimentos suplementares manteremos as conclusões constantes deste Relatório no Parecer final que viermos a emitir.
3. De entre as incorrecções, situações anómalas e situações de falta de informação identificadas por nós no decurso dos trabalhos de auditoria, gostaríamos de salientar, pela sua materialidade e gravidade, as situações seguintes:
- Constatámos que o PCTP/MRPP não apresentou, dentro do prazo legal, os documentos de prestação de contas de 16 Concelhos - ver pontos 3.1 da Secção B e 1 da Secção D;
 - Não nos foram disponibilizados os extractos bancários referentes às contas bancárias de Campanha - ver ponto 2 da Secção D;
 - Não nos foram disponibilizadas, para a totalidade dos Concelhos e para a conta nacional, as listas de Acções de Campanha realizadas, bem como os meios nelas utilizados - ver ponto 3 Secção D;
 - Foram identificadas acções de Campanha que estão omissas nas Contas, cujos meios/despesas e eventuais receitas não têm reflexo nas Contas de Despesas e de Receitas de campanha - ver ponto 7 da Secção D;
 - Foram identificados movimentos na conta bancária do Concelho de Lisboa não reflectidos nas contas de receitas e despesas de campanha - ver ponto 8 da Secção D;

- Foram identificadas receitas de angariação de fundos no Concelho de Lisboa no valor de 95 euros para as quais não foi possível proceder à identificação do doador – ver ponto 10 da Secção D;
4. Na secção E do Relatório apresentamos a Conclusão da Auditoria atendendo aos elementos disponíveis até ao momento.

B Informação Financeira

1. O PCTP/MRPP no âmbito das actividades desenvolvidas na campanha eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005 apurou uma receita global consolidada de 2.154 euros e uma despesa total consolidada de 2.032 euros. Face ao valor das receitas e das despesas consolidadas apresentadas pelo PCTP/MRPP, o saldo positivo (lucro) das contas consolidadas da campanha eleitoral em aprego ascendeu a 122 euros.
2. Os mapas de receitas e despesas da campanha eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005 apresentados pelo PCTP/MRPP apresentam os valores seguintes:

i) Conta de Receitas e Despesas Consolidadas:

CONCELHO	Receitas	Despesas	Resultado	Contribuições do Partido	Receitas Ang Fundos	Despesas Directas	Despesas Imputadas
Consolidado	2.154	2.032	122	0	2.154	2.032	0
Total Consolidado	2.154	2.032	122	0	2.154	2.032	0

ii) Conta de Receitas e Despesas da Estrutura Central de Campanha:

CONCELHO	Receitas	Despesas	Resultado	Contribuições do Partido	Receitas Ang Fundos	Despesas Directas	Despesas Imputadas
Nacional	2.154	84	2.070	0	2.154	84	0
Total Nacional	2.154	84	2.070	0	2.154	84	0

iii) Conta de Receitas e Despesas das Estruturas Concelhias:

CONCELHO	Receitas	Despesas	Resultado	Limite das Despesas	Dotação da Sede	Receitas Ang Fundos	Ang. de Fundos Especie	Despesas Directas	Despesas Imputadas
Serpa				112.410					
Braga				337.230					
Guimarães	1325	1323,58	1,42	337.230	0	1325	0	1323,58	0
Coimbra				337.230					
Olhão				112.410					
Guarda				112.410					
Amadora				337.230					
Cascais				337.230					
Lisboa	595	474,16	120,84	505.845	0	595	0	474,16	0
Loures				337.230					
Oeiras				337.230					
Sintra				337.230					
Porto				505.845					
Almada				337.230					
Barreiro				168.615					
Moita	150	150,05	-0,05	168.615	0	150	0	150,05	
Montijo				112.410					
Setúbal				168.615					
Mondim de Basto				56.205					
19 - Concelhos	2.070	1.948	121		0	2.070	0	1.948	0

3. Nesta apresentação da Informação Financeira, gostaríamos ainda de chamar a atenção para os aspectos seguintes:

3.1 Constatámos que, nos Concelhos que a seguir se indicam, o PCTP/MRPP concorreu mas não apresentou dentro do prazo legal, as Contas da Campanha Eleitoral;

Concelho	Cabeça de Lista à Câmara Municipal	Resultados Eleitorais
	✓	✓✓
Serpa	João Baptista Ramos Pregoça	485
Braga	Luís Filipe Barata Lima	6364
Coimbra	João Manuel da Paz Cardoso	693
Olhão	António João da Costa Gambôa	220
Guarda	Eduardo Pires do Espírito Santo	155
Amadora	Carlos Pinto Campos	1.321
Cascais	Orlando Paulo Ascensão Alves	648
Loures	José Alberto Pereira Lopes	1.627
Oeiras	Fernando Carvalho Pereira	206
Sintra	José Vitorino Piteira Mestre	1.405
Porto	João Manuel Valente Pinto	771
Almada	Domingos António Caeiro Bolhão	952
Barreiro	Joaquim Carlos Salgueiro Martins	532
Montijo	Maria Manuela Ruivo Bailão Parreira	176
Setúbal	Carlos Manuel Duarte da Costa Gomes	928

✓ - De acordo com o auto de sorteio das Listas Eleitorais – AL 2005

✓✓ - De acordo com o site da Comissão Nacional de Eleições - CNE

3.2 Constatámos que o somatório da conta de receitas da estrutura central de campanha e das contas de receitas das estruturas concelhias (Guimarães, Lisboa e Moita) no valor de 4.224 euros não é concordante com o valor registado na conta de receitas consolidadas, no valor de 2.154 euros.

C Âmbito dos Trabalhos de Análise/Verificação Adoptados pela ECFP

Os procedimentos de análise e verificação adoptados pela ECFP às contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005, apresentadas pelo PCTP/MRPP, foram os seguintes:

- (i) Reconciliação do somatório dos valores apresentados por Concelho (receitas/despesas), com a contabilidade global da campanha;
- (ii) Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei para cada um dos Concelhos;
- (iii) Comprovação que para cada Concelho foi apresentada uma lista de acções realizadas durante a campanha eleitoral, bem como os meios nelas utilizados, que envolveram um custo superior a um salário mínimo nacional;
- (iv) Verificação de que para cada um dos Concelhos, o Partido apresentou à ECFP todos os extractos bancários que comprovam o recebimento de todas as receitas e o pagamento de todas as despesas;
- (v) Verificação da existência de todos os extractos bancários, desde a abertura até ao encerramento da conta; e
- (vi) Análise sumária através de procedimentos de revisão analítica da razoabilidade das receitas e despesas apresentadas por Concelho.

E os procedimentos adoptados nos Concelhos seleccionados, foram os seguintes:

- (vii) Análise do grau de cumprimento dos preceitos legais vigentes por parte dos Partidos Políticos, no que respeita às operações de financiamento da campanha eleitoral mais relevantes. Análise da natureza, razoabilidade e elegibilidade das receitas e das despesas;
- (viii) Verificação de que as contas estão preparadas em obediência ao modelo preconizado pela Entidade das Contas e dos Financiamentos Políticos e de que as Recomendações emitidas por esta Entidade foram respeitadas;
- (ix) Análise dos procedimentos seguidos pelos Partidos Políticos para assegurar a identificação das acções da campanha eleitoral e a sua correcta reflexão nas contas da campanha;
- (x) Comprovação de que as acções de campanha realizadas – que constam dos sites dos Partidos e do Site da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos – estão reflectidas nas contas da Campanha Eleitoral e foram correctamente valorizadas a preços de mercado;
- (xi) Cruzamento das acções da Campanha Eleitoral com as despesas e receitas reflectidas nas contas;
- (xii) Comprovação de que as ofertas em espécie efectuadas por doadores constam das contas da campanha eleitoral e estão valorizadas a preços de mercado. Verificação da identidade dos doadores;
- (xiii) Verificação de que as despesas da campanha estão reflectidas na conta bancária da campanha e estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental;
- (xiv) Verificação de que as receitas da campanha eleitoral foram integralmente depositadas nas respectivas contas da campanha e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis;
- (xv) Análise dos movimentos entre a sede do Partido, a sede da campanha eleitoral e os movimentos apresentados pela candidatura à autarquia.

D Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Auditoria ou Incorreções Verificadas

I RELATIVAMENTE À TOTALIDADE DOS CONCELHOS E À INFORMAÇÃO AGREGADA CONSOLIDADA

1. Não Apresentação das Contas de Campanha

O PCTP/MRPP não deu cumprimento do nº1 do artigo 27º da Lei nº19/2003, de 20 de Junho, uma vez que não apresentou ao Tribunal Constitucional, no prazo máximo de 90 dias a partir da data da proclamação oficial dos resultados, as contas da Campanha Eleitoral dos Concelhos seguintes:

Serpa
Braga
Coimbra
Olhão
Guarda
Amadora
Cascais
Loures
Oeiras
Sintra
Porto
Almada
Barreiro
Montijo
Setúbal
Mondim de Bastos

Solicitamos que nos sejam facultadas as contas destes Concelhos e as razões de até hoje, as Contas ainda não terem sido entregues, conforme determina a disposição legal, já atrás citada.

2. Extractos Bancários

Desconhecemos se o Partido procedeu à abertura de contas bancárias associadas às contas de receitas e despesas das Concelhias e à conta da sede nacional. Acresce que, tal como estipulado na alínea a) do nº7 do artigo 12º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho, o Partido deve anexar à prestação das contas os extractos bancários das contas abertas para os fins da campanha eleitoral em análise.

De salientar, que o Partido enviou ao Tribunal Constitucional:

(i) – cópia de uma consulta de movimentos referente à conta nº 0130004510030;

Data do Primeiro Movimento	Saldo do Primeiro Movimento	Data do Último Movimento	Saldo do Último Movimento
07-09-2005	0	30-11-2005	1,42

(ii) – extractos bancários referente à conta nº 0202035342630, aberta em nome de PCTP MRPP Autárquicas Lisboa 2005;

Data do Primeiro Extracto Disponível	Saldo do Primeiro Extracto Disponível	Data do Último Extracto Disponível	Saldo do Último Extracto Disponível
14-09-2005	0	18-10-2005	120,84

(iii) – extractos bancários referente à conta nº 0483028355930

Data do Primeiro Extracto Disponível	Saldo do Primeiro Extracto Disponível	Data do Último Extracto Disponível	Saldo do Último Extracto Disponível
13-10-2005	150	14-10-2005	0

Face ao exposto, não podemos avaliar em que medida (i) todos os movimentos de receitas e despesas da Campanha Eleitoral em análise foram registados em contas bancárias especificamente abertas para as actividades de campanha, tal como estipulado no nº3 do artigo 15º da Lei nº19/2003, de 20 de Junho, (ii) todas as despesas de campanha foram liquidadas por instrumento bancário, dando cumprimento ao artigo 19º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho e (iii) todas as receitas e despesas com a Campanha Eleitoral estão registadas nos mapas enviados ao Tribunal Constitucional.

Solicitamos que o PCTP/MRPP nos envie, para todas as contas abertas para fins de campanha para as Eleições Autárquicas em 9 de Outubro de 2005, a totalidade dos extractos bancários desde a abertura da conta bancária até ao seu encerramento.

3. Listas de Acções de Campanha e dos Meios Utilizados em Cada Acção

De acordo com as disposições constantes do artigo 16º da Lei Orgânica nº 2/2005, de 10 de Janeiro, os Partidos Políticos e Coligações que apresentem candidatura às

eleições para as Autarquias locais, estão obrigados a comunicar à ECFP as acções de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo.

Constatámos que o PCTP/MRPP não enviou ao Tribunal Constitucional as listas das acções de campanha eleitoral que realizaram, bem como os meios nelas utilizados.

Face ao exposto, solicitamos que o Partido nos envie relativamente a todos os Concelhos e à conta Nacional, as listas das acções de campanha com a descrição detalhada e integral dessas acções e dos meios nelas utilizados (com custo superior a um salário mínimo mensal nacional).

4. Impossibilidade de Detecção de Documentos desta Campanha Eleitoral nas Contas Anuais de 2005

Dado que o processo de auditoria às contas anuais de 2005 ainda não terminou, não estamos em condições de apurar se houve ou não despesas da campanha eleitoral das Eleições Autárquicas de 2005 que tenham sido imputadas indevidamente ao Partido, ou vice - versa.

Gostaríamos que nos indicassem quais os controlos que garantem que não foram imputadas indevidamente ao Partido despesas da campanha autárquica, ou vice versa. Solicitamos que nos confirmem se foram imputadas ao Partido despesas de campanha facturadas durante ou após o período da Campanha Autárquica.

5. Não Apresentação do Balanço de Campanha

De acordo com as Recomendações emitidas pela ECFP e o nº 1, "in fine", do art.º 15º da Lei nº 19/2003 de, 20 de Junho, o PCTP/MRPP deveria ter apresentado a nível consolidado, a nível central e a nível concelhio os respectivos Balanços de Campanha, reportados à data das Eleições, com indicação: (i) das dívidas a fornecedores, (ii) dos valores a receber do Estado, (iii) dos saldos a receber ou a pagar ao Partido, (iv) dos saldos das contas de depósitos bancários e (v) dos saldos finais da campanha.

Face ao exposto, solicitamos o envio dos Balanços de Campanha em falta.

6. Apresentação das Contas de Campanha – Divergência entre a Conta de Receitas Consolidada e o Somatório da Conta de Receitas da Estrutura Central de Campanha e das Contas de Receitas das Estruturas Concelhias

Constatámos que o somatório da conta de receitas da estrutura central de campanha e das contas de receitas das estruturas concelhias (Guimarães, Lisboa e Moita) no valor de 4.224 euros não é concordante com o valor registado na conta de receitas consolidadas, no valor de 2.154 euros

Face ao exposto, solicitamos que o Partido explique a razão destas diferenças.

II RELATIVAMENTE AOS 13 CONCELHOS AUDITADOS

7. Impossibilidade de Confirmar que todas as Acções de Campanha foram Reflectidas nas Contas. Custos e Receitas Eventualmente não Reflectidas Contabilisticamente

De acordo com informações sobre as actividades e eventos da campanha dos Concelhos auditados, obtidas pela ECFP através de (i) verificações físicas no terreno relativamente a acções de campanha, (ii) recolha de notícias de eventos e (iii) acompanhamento do site do Partido, foram identificadas acções relativamente às quais não foi possível identificar as receitas e as despesas associadas nas contas da campanha.

Concelho de Braga

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
05-10-2005	Acção de Rua - distribuição de porta-chaves, canetas e isqueiros
05-10-2005	Acção de Rua - distribuição de 500 programas eleitorais

Concelho de Lisboa

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
	371 cartazes A3 (1ª série – candidato à CM e 2ª série – apelo ao voto)
	6.000 folhetos – A4 policopiados a 2 cores (preto e vermelho)
07-10-2005	Jantar de encerramento da campanha

Concelho de Sintra

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
	15 cartazes A4 – âmbito nacional
	5 cartazes 48X68 – âmbito nacional

Face ao exposto, solicitamos ao PCTP/MRPP esclarecimentos quanto à razão das acções realizadas nos Concelhos acima descritos não constarem nos mapas de receitas e despesas de actividade de campanha eleitoral apresentados pelo Partido ao Tribunal Constitucional.

8. Movimentos na Conta Bancária Sem Reflexo nas Contas da Campanha

A análise dos extractos bancários enviados pelo Partido ao Tribunal Constitucional, permitiu identificar movimentos na conta bancária da campanha do Concelho de Lisboa sem reflexo na Demonstração de Receitas e Despesas apresentada pelo PCTP/MRPP.

<u>Data valor</u>	<u>Descrição da natureza do movimento</u>	<u>tipo</u>	<u>Valor</u>
14-09-2005	Dep	C	500,00
28-09-2005	Lev 8068847771	D	500,00

Face ao exposto, solicitamos que o PCTP/MRPP nos forneça, relativamente a cada movimento bancário acima descrito, cópias dos documentos de suporte (documentos emitidos pela entidade bancária) e que nos indique as razões para os referidos movimentos não terem sido registados na Demonstração de Receitas e Despesas do Concelho de Lisboa.

9. Receitas de Angariação de Fundos

A análise dos mapas referentes à prestação de contas dos concelhos de Guimarães e Lisboa permitiu identificar montantes classificados como de angariação de fundos, salientando a ECFP que os documentos de suporte identificam esta receita como um donativo de uma pessoa singular ou um empréstimo.

Concelho de Guimarães

<u>Doador</u>	<u>Valor</u>	<u>Descrição do documento de suporte</u>	
Domingos Freitas Torres	250,00	Empréstimo	Cópia do talão de depósito
Virgínia Pinto	250,00	Empréstimo	Cópia do talão de depósito
Maria Amélia Machado	200,00	Empréstimo	Cópia do talão de depósito
Mauro Fernandes	200,00	Empréstimo	Cópia do talão de depósito
Sara Gabriela Sousa	250,00	Empréstimo	Cópia do talão de depósito
António Machado	75,00	Donativo	
Hermogenes	100,00	Donativo	
	<u>1.325,00</u>		

Concelho de Lisboa

<u>Doador</u>	<u>Valor</u>	<u>Descrição do documento de suporte</u>
Edmundo Pires	500,00	Donativo
Diversos – 2 cheques	95,00	Donativo
	<u>595,00</u>	

Perguntamos porque é que valores entregues por pessoas singulares estão descritos como empréstimos e contabilizados como angariação de fundos. Solicitamos, por isso, que o Partido nos indique se os montantes acima descritos foram provenientes de acções de angariação de fundos ou foram donativos ou empréstimos cedidos à campanha por pessoas singulares.

Chamamos a atenção para o facto de que uma actividade de angariação de fundos está sempre associada a uma acção desenvolvida com o intuito de permitir aos simpatizantes do Partido um apoio financeiro.

Se for o caso de acções de Angariações de Fundos, solicitamos que o PCTP/MRPP nos envie a lista das receitas de angariação de fundos ocorridas nos Concelhos de Guimarães e Lisboa com a identificação do tipo da acção (jantar, leilão, etc.), momento (data) e o lugar (identificação do espaço), assim como os montantes envolvidos.

Salientamos que a Lei impede a aceitação de donativos ou empréstimos de pessoas singulares como forma de financiamento das actividades de campanhas eleitorais de Partidos Políticos.

10. Receitas de Angariação de Fundos sem Identificação do Doador

Em conformidade com o nº3 do artigo 16º da Lei nº19/2003, de 20 de Junho, o produto da actividade de angariação de fundos é obrigatoriamente titulado por

cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem.

A análise dos mapas referentes à prestação de contas do concelho de Lisboa permitiu identificar montantes de angariação de fundos, para os quais não foi possível proceder à identificação do doador, o que contraria as disposições legais sobre a matéria.

<u>Doador</u>	<u>Valor</u>
Diversos – 2 cheques	95,00

A situação referida reveste alguma gravidade, não pela relevância da materialidade da infracção, mas pelo seu tipo. Solicitamos o envio dos documentos em falta que permitam a identificação da origem dos fundos (doadores), como decorre da Legislação, na medida em que é proibido o anonimato.

E Conclusões

Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, consideramos que, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito, situações anómalas e incorrecções cujo impacto nas Contas de Campanha não conseguimos quantificar, apresentadas nos parágrafos nºs 1 a 10 da Secção D, nada mais chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir sobre a existência de outras situações relevantes que afectem as Contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005, apresentadas pelo **“Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses”**.

É também nosso parecer que foram identificados diversos incumprimentos à Lei, apresentados nos parágrafos nºs 1, 2, 3, 5 ,7, 8 e 10 da Secção D.

Esta conclusão será alterada no Parecer final que viermos a emitir, se nos vier a ser facultada documentação adicional ou esclarecimentos suplementares, relativamente a cada uma das limitações de âmbito, situações anómalas e incorrecções descritas ao longo deste Relatório.

Lisboa, 24 de Julho de 2007

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos